

PROLETÁRIO

PREÇO Cr\$70

Nº4 FEVEREIRO-ABRIL 82

O pacote eleitoral ilustra

O sentido da abertura

Um crime de lesa-democracia ! Ou, melhor, de lesa-abertura democrática ! Foi assim, em síntese, que as "oposições" interpretaram o pacote eleitoral de novembro, que deveria assegurar a maioria ao PDS e a eleição para a presidência, em 1984, do candidato do grupo governante. Para nossos bravos democratas, o pacote representaria o "fim da abertura", no dizer deste jeremias da democracia burguesa que é o dr. Sobral Pinto, unanimemente apoiado pelos partidos e demais forças "de oposição", por violentar as regras do jogo democrático em favor do partido do governo. E tome manifestações, apelos, moções, discursos, e todo o requintado arsenal de formas de protesto legalitário e democrático.

Todo este barulho armado pelas oposições, com particular destaque das forças "operárias" (PT à frente), contribui enormemente para ocultar que esta medida, longe de estar em contradição com a "democracia plena" que reclamam, está na realidade em plena conformidade com as regras da abertura democrática, aceitas de fato por todos os oposicionis-

tas, não obstante seus protestos hipócritas puramente verbais.

A gritaria dos oposicionistas em favor de uma "democracia plena", de um liberalismo ilimitado que, na verdade, nunca existiu nem existirá a não ser na mitologia enganadora e paralisante destes lacaios da burguesia, tende a ocultar que a democrati-

(segue pg. 2)

Solidariedade de classe aos proletários poloneses!

Pouco mais de 9 meses após ter sido empossado (fevereiro de 1981) como chefe do governo e do Partido e apenas poucos dias depois de anunciar sua intenção de suspender o direito de greve e reclamar plenos poderes, o general Jaruzelski, na noite de 12 de dezembro, dá um verdadeiro golpe militar e instaura o "estado de guerra".

Qual a função da ditadura militar instaurada por Jaruzelski? A mesma, quanto ao fundo, da política de reconciliação nacional levada a cabo desde fevereiro pelo governo do mesmíssimo Jaruzelski, pela Igreja e pela direção moderada do Solidariedade, que saudou o governo do general, quando foi instaurado, como uma garantia para as conquistas do movimento operário e da aplicação dos acordos de Gdansk. Com efeito, o objetivo de ambas as formas políticas era, e é, resta belecer a Ordem subvertida pelo "caos" provocado pela luta operária, a sacrossanta Ordem burguesa, condição indispensável para assegurar a competitividade das

mercadorias polonesas no mercado mundial, o pagamento dos juros da dívida astronômica contraída junto aos bancos europeus e americanos; em suma, salvar a economia nacional da bancarrota a que o movimento operário ameaçava levá-la, por teimar, com uma determinação inequívoca e irresistivelmente classista, em não abrir mão dos seus próprios objetivos e interesses em nome dos "interesses superiores da pátria". E é precisamente porque se destina antes de mais nada a salvar e manter a paz social capitalista que a "normalização" (é este o nome que Jaruzelski & Cia dão à sua ofensiva antiproletária) aliviou os imperialistas

A demagogia de sempre

Vimos em nosso nº 2 (*Um teste importante*) como o *peleguismo democrático* atuou para desmobilizar os metalúrgicos durante a campanha salarial do ano passado. Ao iniciar a campanha, os neopelegos do tipo Djalma de Souza Bom e Cia. faziam promessas tonitruantes de greves e lutas se os patrões não cedessem. Os patrões, que, obviamente, só cedem mediante uma forte pressão das massas e nunca mediante promessas de pressão (além do mais, da parte de sindicalistas que eles já sa-

(segue pg. 8)

SUMÁRIO

- Política de alianças e partido de classe (1)
- Excursionismo sindical
- A Igreja santifica o reformismo

Polônia

- Solidariedade de classe aos proletários poloneses
- Um ponto nevrálgico da ordem imperialista mundial
- Solidariedade: sindicato ou partido

do mundo inteiro.

Aliviou claramente o imperialismo russo, já que poupou a este uma intervenção militar direta, prenhe de riscos políticos gravíssimos, que se tornaria necessária não só para, apagando o incêndio proletário na Polônia, impedir que este se alastrasse a outros de seus satélites e à própria URSS, mas também para suprimir as tendências nacionalistas e pró-ocidentais que apoiavam-se no movimento operário para tentar levar a Polônia para fora da órbita russa. O golpe de Jaruzelski cumpre todas estas funções.

Do último ponto de vista, do status quo entre os blocos imperialistas oriundo da segunda guerra, embora mantenha a Polônia no campo russo, o golpe de Jaruzelski não o faz, absoluta-

(segue pg. 10)

O sentido da

(cont. da pg 1)

zação dos regimes totalitários não pode ser mais que uma mudança na forma da dominação burguesa, de uma reforma da fachada do Estado burguês, que continuará sendo sempre um instrumento de dominação das mesmíssimas classes dominantes a que ora serve sob a sua forma de ditadura militar. Mais ainda, ela é uma reforma destinada a fortalecer esta dominação - a ditadura de classe da burguesia - completando a máquina repressiva do Estado com o ópio do democratismo, que entorpece a luta de classe proletária, intoxicando-a de legalitarismo, eleitoralismo, parlamentarismo e demais venenos democráticos.

Sobretudo na atual fase histórica, de retomada da luta de classes, esta continuidade reforçada do Estado burguês tende a ser assegurada inclusive formalmente, isto é, inclusive sem uma mudança brusca da "equipe de comando" do Estado, que patrocina a própria passagem à democracia. Já vimos isto, por exemplo, na Espanha, onde o próprio pessoal do franquismo foi o artífice da democracia. A democratização brasileira se insere nesta mesmíssima linha.

A característica principal da atual fase histórica é dada pela acumulação, acarretada pela crise geral do capitalismo, de antagonismos sociais cada vez mais explosivos, os quais fazem com que o panorama político assumam uma instabilidade crescente. A burguesia, temperada por uma experiência secular de dominação política internacional, sabe que o menor abalo é capaz de comprometer este equilíbrio social insustentável e desencadear um movimento social, preenche de graves consequências para o capitalismo e a sua dominação política. A manobra da democratização, neste quadro geral, aparece como um artifício destinado a castrar o potencial subversivo que se acumula na arena da luta de classes, desviando esta última para o pantano do legalitarismo democrático. A melhor condição para que esta manobra se realize com um máximo de paz social está em conduzi-la evitando as guinadas políticas, que poderiam transformar-se num detonador do movimento social, mesmo que ditas guinadas mantenham a galera nacional no rumo da conservação da ordem burguesa.

Lembrem-se, por exemplo, que na última metade da década passada, ao começar a cogitar seriamente da democratização, a burguesia brasileira tirou as lições das passagens do salazarismo e do franquismo à democracia e adotou como modelo a democratização à espanhola, precisamente porque esta se fazia sob a forma

de uma verdadeira transmutação, progressiva e controlada, do totalitarismo em democratismo, que assegurava a maior continuidade do aparelho estatal. Ao contrário, repudiou a democratização portuguesa porque esta não pôde ser o fruto de uma evolução semelhante, assumindo a forma de uma brusca mudança de governo, de uma ruptura de continuidade (não do Estado burguês, é claro, mas do seu manejo), que propiciou uma grande agitação política e social.

Assim, os artífices da abertura brasileira sempre enfatizaram que esta seria conduzida sob a égide do atual regime, que estabelecerá os marcos institucionais da democracia. Ora, as reformas democratizadoras ainda não chegaram ao fim. De fato, ainda não afetaram alguns dos pontos mais importantes, como a reforma das leis fundamentais (Constituição, etc), destinada a definir o modo de funcionamento democrático do aparelho jurídico e institucional do Estado burguês. E como as regras do jogo democrático impõem a legislação através do Congresso, os "palacianos" precisavam nele deter a maioria (que perderiam sem o voto vinculado) para levarem a cabo estas reformas, reduzindo a margem de concessões às negociações com a oposição, que para livrar a cara e desempenhar seu papel no jogo democrático tem que adotar uma posição crítica: se não fizer alguma demagogia oposicionista, não será uma oposição... Que esta política oposicionista não mude uma só vírgula do espírito das reformas, mesmo que altere ligeiramente, aqui e ali, a letra, está provado pelas duas grandes "vitórias" da oposição em 81: o estatuto dos estrangeiros, praticamente remodelado por ela, e o primeiro pacote da previdência, quando propôs, para grande contentamento do Planalto, a taxa-ção dos supérfluos. Em ambos os casos, o governo manifestou seu contentamento com sua oposição.

Por outro lado, a vitória das oposições em 1982 colocaria diretamente a questão da sucessão presidencial em 1984, já que seriam majoritárias no Colégio Eleitoral que designará o presidente. Evidentemente, a passagem do governo federal à oposição é considerada como demasiado prematura pelos "palacianos", que no entanto aceitam-na em linha de princípio, como disseram e repetiram vários líderes militares neste começo de cerco eleitoral. Os "revolucionários de 64", em condições normais, jamais abdicarão do pleno controle do desenrolar da democratização, enquanto não tiverem as maiores garantias quanto à manutenção da continuidade da ditadura burguesa. Isto significa que quererão arrematar

o tal restabelecimento da democracia, tecendo até o fim as malhas de aço da teia institucional em que se tratará de aprisionar democraticamente o movimento social. E uma das malhas principais é formada pelo funcionamento regular, orgânico, das instituições eleitorais-parlamentares, com a bem ajustada integração dos partidos parlamentares na obra legislativa de desenvolvimento e fortalecimento da democracia (= dominação de classe burguesa), com a encenação esmerada das hipócritas "batalhas" entre estes partidos, destinadas unicamente a valorizar a arena parlamentar ante os olhos dos proletários, enganando-os de que nela poderiam defender seus interesses através dos seus representantes eleitos.

Ora, são precisamente as próximas eleições que, por levarem pela primeira vez à cena os novos partidos democráticos, darão um passo capital neste sentido: não é por acaso que todos lhe atribuem tamanha importância! Na próxima legislatura é que os partidos ensaiarão e acertarão os detalhes do balé democrático, cuja coreografia fica ao encargo dos militares democratizadores. Mais uma vez: não se trata tanto de submeter os congressistas e os partidos às regras do legalitarismo burguês, que não só os velhos políticos burgueses, como os Tancredo Neves, Magalhães Pinto, Ulysses Guimarães & Cia, mas também os "de esquerda" fazem suas (acaso o PT não é um partido legalitário?); não se trata tanto disto, quanto de entrosar os "trabalhos" parlamentares na marcha global do Estado burguês, na qual, aliás, nunca terão mais que um papel secundário, de puro engano, pois o centro de decisões continuará sendo, sempre, o Executivo e as cúpulas do aparelho estatal (entre as quais se acham, e numa posição de destaque, as Forças Armadas).

Colocada assim a questão, do único modo alheio à estreiteza de vistas do cretinismo democrático, fica claro que o tal pacote não é, em absoluto, o "fim da abertura", ou uma "contra-abertura", mas ao contrário se insere perfeitamente na continuidade do processo democratizador iniciado pela ditadura militar e cujo desenlace final não será o fim do totalitarismo, mas o fortalecimento deste graças à adunção do engano democrático e das forças oposicionistas à engrenagem de um Estado que será, necessária e irreversivelmente, cada vez mais centralizado, cada vez mais forte, cada vez mais ditatorial.

abertura

Na história, o fator decisivo é a força. Na escala grotesca da politicagem nacional, o episódio do pacote eleitoral ilustrou uma vez mais este axioma fundamental do marxismo: sua promulgação foi um verdadeiro ato de força. Mas, ao contrário dos democratas oposicionistas que, constatando este fato evidente, escandalizam-se com ele, o acolhemos como uma prova suplementar de que é uma ilusão mortal pretender utilizar a democracia e suas instituições como um meio para impôr as exigências do proletariado: detrás da fachada legalitária do Estado democrático, a última palavra ficará sempre com a força e a violência de que este próprio Estado é a encarnação e de que as Forças Armadas são e continuarão sempre a ser a depositária e a executora, do mesmo modo que a mais "plena" democratização não lhes tirarão o papel de tutora do Estado burguês.

E se usam da força para resolver um problema que, no fim das contas, é bastante banal, como o de assegurar a continuidade da sua política de reforma do modo de governo, que não farão amanhã quando a classe operária, arrastando consigo as massas exploradas e proletarizadas das cidades e do campo, irromper subversivamente na arena política, pondo em perigo não só a continuidade de uma política burguesa, mas da própria dominação de classe da burguesia?

O pacote eleitoral é, pois, uma enésima advertência, um enésimo apelo para que o proletariado rompa decididamente com todo terreno democrático e legalitário, ao que querem atá-lo as forças oposicionistas, e se coloque decididamente no terreno da preparação da sua própria força de classe revolucionária, a única capaz de enfrentar e, finalmente, destruir a força da classe burguesa.

NOS DISTINGUE

A linha que vai de Marx a Lênin, à fundação da Internacional Comunista e do Partido Comunista da Itália (Livorno, 1921); a luta da Esquerda Comunista contra a geração da Internacional, contra a teoria do "socialismo num só país" e a contra-revolução stalinista; o repúdio das Frentes Populares e dos blocos de Resistência; a dura obra de restauração da doutrina e do órgão revolucionários, em contato com a classe operária, fora da politicagem pessoal e eleito-reira.

Política de alianças e partido de classe (1)

Um velho axioma da esquerda brasileira é o de que a união das forças de esquerda é uma condição necessária da revolução. Assim, a questão da "política de alianças" sempre foi colocada no centro da discussão sobre a "construção do partido".

A entrada no PT de quase todos os grupos e correntes políticas constitui um desdobramento natural deste verdadeiro princípio em que o *frentismo* se converteu para eles. A "união das esquerdas" realiza-se no bojo deste partido, como se desejava; mas ao contrário de ter sido o fruto de uma unificação através de discussões e acordos das diferentes correntes (como se imaginava, grosso modo, outrora), esta união se faz sob a égide das correntes democrático-reformistas do *peleguismo* e da Igreja.

Na verdade, a subordinação a forças deste tipo era a condição indispensável para que a aliança entre capelas políticas díspares e em eternas querelas de família não só obtivesse um mínimo de estabilidade, mas desse um "salto qualitativo" transubstanciando-se em partido. Pois, como uma união de forças concorrentes pode ser obtida, se não há uma força maior capaz de impor-se? E ao contrário das diferentes capelas de esquerda até então existentes, que jamais constituíram um vetor real do movimento operário, jamais tiveram um peso político verdadeiro nele, esta força unificadora teria que possuir uma força real de mobilização, uma influência considerável no movimento operário, para poder ser aquele pólo de atração em torno do qual pudessem se agregar as correntes de esquerda.

Com o PT, a política de alianças mediante a qual se pretendia construir o partido de classe alcançou seu único resultado possível: a subordinação da esquerda ex-revolucionária ao reformismo democrático, encarnado pelo lulismo, cuja corrente, de fato, mais não é que a cria dos movimentos inspirados pela Igreja.

Cumpra abrir aqui um parêntese relativo às correntes extra-PT. O *frentismo*, a mania das alianças não é menos forte nelas (ex-maoístas do PC do B, MR-8, PC) do que nos que entraram naquele partido. Acaso não são, todos, adeptos fervorosos das "frentes de classe"? Acaso não fazem no... PMDB, guardando-se as devidas proporções, o que os outros fazem no PT? Sem dizer que nem se preocupam em salvar a cara, em camuflar a traição aos interesses do proletariado, limitando suas frentes e alianças às forças do movimento operário (teorização fajuta, pois o reformis-

mo operário é tão contra-revolucionário e anti-proletário quanto a democracia burguesa, se não mais!): eles prevaricam abertamente com forças puramente burguesas.

Neste artigo, trataremos de rebater a idéia de que o partido de classe é o fruto da aliança das forças "operárias", mostrando que, por trás das ideologias *frentistas* não só se escondem desvios diametralmente opostos à tradição do comunismo revolucionário, como também se exprimem interesses de classe alheios ao do proletariado e da sua luta de emancipação revolucionária. Para tanto, recordaremos como a questão foi colocada pelo marxismo, que nossos "esquerdistas" manipulam descaradamente para tentar justificar sua genuflexão ante as forças reformistas constituidoras de fato do PT.

RETORNANDO AO "MANIFESTO"

No *Manifesto do Partido Comunista*, Marx e Engels estabelecem que o objetivo dos comunistas (os quais "têm sobre o restante do proletariado a vantagem da sua clara visão das condições, do desenrolar e dos resultados gerais do movimento operário") deve ser a "constituição do proletariado em classe e, portanto, em partido político", o que é uma condição da "derrubada da dominação burguesa e da conquista do poder político para o proletariado". Para Marx, trata-se de um partido "oposto a todos os outros partidos constituídos das classes possuidoras" (Congresso de Haia, 1872), cujo "papel é organizar e concentrar as forças proletárias para o combate que as espera" (Discurso para o 7º aniversário da I Internacional, 1871).

Tirando as lições da primeira revolução proletária vitoriosa, Trotski escreverá em 1920: "O papel excepcional que o partido comunista desempenha na revolução proletária vitoriosa é perfeitamente compreensível. Trata-se da ditadura de uma classe. A classe se compõe de diferentes camadas, cujos sentimentos e opiniões não são unânimes e cujo nível intelectual varia, com atitudes e níveis de desenvolvimento diferentes. Mas a ditadura pressupõe a unidade de vontade, de orientação e de ação. Por qual outro modo poderia esta unidade realizar-se? A dominação revolucionária do proletariado pressupõe (segue pg. 4)

Política de alianças

(cont. da pg 3)
a dominação política, no próprio seio do proletariado, de um partido dotado de um programa de ação claro e de uma disciplina intransigente e de uma disciplina intransigente e de uma disciplina intransigente (...). Mais de uma vez, acusaram-nos de termos substituído a ditadura dos soviets pela ditadura do partido. Contudo, podemos afirmar que a ditadura dos soviets só foi possível graças à ditadura do partido. Graças à clareza da sua visão teórica, graças à sua forte organização revolucionária, o partido assegurou aos soviets a possibilidade de transformarem-se de informes parlamentos operários, que eram, num instrumento de dominação do trabalho (...). Os comunistas exprimem os interesses fundamentais da classe trabalhadora. É natural que, numa época em que a história põe em debate a discussão destes interesses em toda a sua magnitude, os comunistas se convertam nos representantes da totalidade da classe trabalhadora" (Terrorismo e Comunismo).

Não se poderia afirmar de maneira mais veemente que o partido comunista encarna a consciência e a vontade revolucionária da classe e que o problema essencial da preparação revolucionária está, precisamente, em forjar o partido teoricamente preparado, com o programa preciso e cientificamente determinado da revolução comunista, com a tática capaz de levar à consecução de seus objetivos gerais. Em suma, o partido capaz de assumir esta função de centralização e de direção das lutas operárias num sentido revolucionário e, precisamente por isto, capaz de conquistar uma influência decisiva entre as massas combatentes da classe.

A LINHA QUE VAI DE MARX A LÊNIN

Prescindindo daquilo que podemos qualificar como a pré-história do movimento proletário, a qual se encerra com o nascimento da Liga dos Comunistas (1847), isto é, com a primeira vitória do comunismo científico sobre o utopismo das seitas operárias, dando origem ao primeiro partido de classe do proletariado; prescindindo desta época, recordemos que a luta da classe operária (no caso da Alemanha, por exemplo) teve que abrir seu caminho lutando contra o frentismo, preconizado pela democracia pequeno-burguesa mais ou menos radical da época, contra aqueles que - como hoje por estas paragens - se declaravam "vermelhos" e "socialistas", mas que na realidade propugnavam por uma reforma social que se reduzia a querer "acabar com a opressão do pequeno

capital pelo grande capital, do pequeno burguês pelo grande burguês" - ou seja, que, em vez de abolir a propriedade burguesa, pretendiam reformá-la; que, em vez de abolir as classes, queriam superar seus antagonismos; que, em vez de estabelecer uma nova sociedade, queriam melhorar a sociedade existente (Mensagem do CC à Liga dos Comunistas, 1850).

Marx não só exige a organização do proletariado em partido de classe independente, como também rechaça toda e qualquer frente política entre a democracia burguesa e a classe operária, e explica que, "para lutar contra um inimigo comum (o feudalismo, no caso - ndr) não é preciso nenhuma unidade especial". Marx denuncia a verbosidade democrática (de ontem, hoje e amanhã!) "que tem como único fim tapear o proletariado" e que afirma que a atitude de independência preconizada pelos comunistas "facilita o triunfo da reação". É, esta, uma dupla tapeação, pois, por um lado, entrava a independência e a preparação do proletariado contra a democracia burguesa após a queda do feudalismo; por outro, põe a classe operária, a única classe que é consequentemente revolucionária, a reboque da pequena burguesia, sempre irresoluta, oscilante, incapaz de uma ação antifeudal consequente. Portanto, Marx atribui aos comunistas a tarefa de combater as forças da democracia "radical", de preparar-se para enfrentar a sua traição inevitável e de abatê-la, assim que puder, após a queda do feudalismo. (Não voltaremos a insistir aqui no fato de que o feudalismo já caiu há mais de um século na Europa e que, aqui também, a dominação das forças pré-burguesas já foi desde há muito enterrada, de modo que a única coisa que cumpre ao proletariado fazer, em relação a toda e qualquer força democrática, é aniquilá-la.)

A luta de Lênin e do partido bolchevique se inscreve, indelévelmente, nas linhas de princípio traçadas por Marx e Engels. A história do bolchevismo é, antes de mais nada, a história das cisões, e não das unificações. Das cisões que permitem que o partido prossiga a sua luta política nas bases teóricas, programáticas, de princípio e táticas do marxismo revolucionário, amputando de seu seio os revisionismos de toda laia (portanto, não das cisões que se resumem, de fato, à briga entre as comadres de uma determinada panelinha de esquerda; mas das que representam a separação dos comunistas das correntes históricas e tendências com as que tiveram que coexistir, por determinações da própria evolução "natural" da lu-

ta de classes). A história do bolchevismo é, pois, a história do esforço para arrancar o proletariado do magma popular e da influência da democracia pequeno-burguesa, veiculada por mencheviques e "socialistas revolucionários", que queriam transformar o proletariado num mero componente da aliança das "forças da revolução"; é a história de um combate sem tréguas para aniquilar a influência destes partidos sobre a classe.

Trotsky di-lo-á, mais uma vez, de maneira luminosa e taxativa: "A política de frentes está em íntima contradição com o regime de ditadura proletária. Referimo-nos não a uma frente com partidos burgueses, da qual nem sequer se poderia falar, mas a uma frente de comunistas com outras organizações "socialistas" que representam, em diferentes graus, as velhas idéias e os preceitos das massas trabalhadoras. A revolução destrói rapidamente tudo o que não é estável, acaba com o que é artificial; as contradições encobertas pela frente saltam à luz do dia sob a pressão dos acontecimentos revolucionários (...). Um regime de concessões, de conciliações, de concessões mútuas - e é nisto que consiste o regime de frentes - não pode durar muito numa época em que as situações mudam com suma rapidez, numa época em que é antes de mais nada necessária a unidade de visão para tornar possível a unidade de ação" (idem).

O que Trotsky diz aqui sobre as alianças durante a ditadura do proletariado é igualmente válido para antes desta, isto é, para a fase em que, inclusive nos períodos mais negros de refluxo do movimento e de império da contra-revolução, todas as energias dos comunistas revolucionários concentram-se na preparação das condições subjetivas da "constituição do proletariado em classe dominante", através da tomada revolucionária do poder na guerra civil e da instauração da sua ditadura. Com efeito, em que pé poderia constituir-se uma aliança com forças que renegam a necessidade da ditadura proletária, ou só a aceitam na medida em que esta seja uma "democracia operária" em que revolucionários e reformistas participem do poder, num destes "regimes de frente" combatidos acima por Trotsky, isto é, na medida em que a ditadura do proletariado não seja uma verdadeira ditadura? Evidentemente, qualquer "regime de alianças" nesta fase preparatória só serviria para confundir a classe operária e pô-la a reboque do reformismo operário, para pôr lenha na fogueira dos que pretendem que a classe operária pode

e partido de classe (1)

encontrar uma solução para seus problemas vitais no âmbito do próprio capitalismo.

Mas voltemos às posições dos bolcheviques sobre a questão, recordando como foi colocada pela Internacional Comunista.

A EXPERIÊNCIA DA III INTERNACIONAL

Ao contrário de uma idéia corrente, a constituição da Internacional Comunista, após a bancarrota da Internacional Socialista, e seus primeiros anos de vida não representam uma retificação desta continuidade histórica do marxismo, para quem o amadurecimento das condições subjetivas da revolução tem seu início na constituição de um partido proletário cada vez mais monolítico em seu pensamento e em sua ação, e na conquista, por parte deste, de uma influência crescente entre as massas, em detrimento de todos os demais partidos, "populares" ou pseudo-operários.

Aqueles que nunca compreenderam a poderosa dialética de Lênin não deixarão de citar, com ares de superioridade, dois supostos desmentidos desta nossa posição fundamental. O primeiro é que foram os próprios bolcheviques que aceitaram, no II Congresso da Internacional (1920), a participação de correntes notoriamente não-marxistas, abrindo-lhes, assim, as portas do partido mundial do proletariado revolucionário. O segundo é que foram os próprios bolcheviques que preconizaram a tática da "frente única", que deveria "unificar" a luta dos partidos comunistas e de outros partidos operários. Estes dois fatos seriam provas irrefutáveis de que os marxistas têm como objetivo a fusão das diferentes correntes operárias numa única corrente, que se tornaria, assim, a direção da luta revolucionária de classe, sendo a "frente única" um primeiro passo neste sentido, já que a unidade política do proletariado deveria, segundo esta gente, resultar desta "unidade de ação". Examinemos estes dois pontos.

O II Congresso do Comintern (que, diga-se de passagem, foi o seu verdadeiro congresso constitutivo) não foi um congresso de unificação, mas sim um congresso de cisão com as "forças operárias". Seu conteúdo essencial está em ter proporcionado uma plataforma de ruptura para as correntes que queriam aderir à nova Internacional, desligando-se dos velhos partidos socialistas e rompendo, graças a isto, com as correntes "unitaristas" do centrismo.

As Teses então aprovadas so-

bre o papel do partido comunista, sobre as questões sindical, nacional e colonial, agrária, parlamentar, e as 21 condições de admissão, não só constituíram a base político-programática de ditadas cisões, como também o crivo contra todas as forças operárias que, por oportunismo consciente ou por um entusiasmo tão passageiro quanto superficial, queriam aderir à Internacional. Também pouco se tratou de um congresso "de fusão" das forças que queriam "optar" pela "revolução" (encarnada por Moscou) em detrimento do reformismo (representado pela velha social-democracia putrefata). Os delegados que provinham de horizontes diferentes e tinham posições heterogêneas defrontavam-se com uma única alternativa: ou votar as teses apresentadas pelos bolcheviques e submeter-se à direção bolchevique da nova Internacional; ou rua! A 21ª condição de admissão fechava as portas a quem não aceitasse as condições de admissão e as teses da Internacional.

Explicuem-nos melhor. O que estamos pretendendo demonstrar é que os bolcheviques nunca tiveram a mania "unitarista" no terreno político, mania esta que é tão cara às nossas esquerdas, e que, menos ainda, nunca pretenderam forjar o partido da revolução com base nestes princípios frentistas. Não pretendemos, aqui, determinar em que medida os bolcheviques lograram seus propósitos, isto é, em que medida conseguiram erguer barreiras capazes de selecionar, entre as forças que acorriam a Moscou naquele então, aquelas que eram capazes de colocar-se no terreno revolucionário, rejeitando as forças incapazes de evoluir neste sentido.

Vejamos, agora, a questão da "frente única" política, tática que foi aprovada em 1921. Com ela, os bolcheviques nunca pretenderam caminhar no sentido da fusão dos partidos comunistas, que se tinham cindido recentemente da social-democracia, com os partidos "operários", a quem se propunha a tal frente. Com efeito, naquele mesmo momento, a direção da Internacional declarava estar disposta a novas cisões, se necessário, a fim de depurar os partidos comunistas das influências social-democratas que tinham conseguido aninhar-se no seio deles (discurso de Zinoviev no Executivo da IC de 4.12.1921). Não se tratava tampouco de construir uma espécie de "direção comum da luta de classe" junto com a social-democracia, tachada de uma vez para sempre de *contra-revolucionária*. Tratava-se, sim, de despegar da direção dos outros partidos "operários" as massas operárias que ainda não tinham sido conquistadas à influên-

cia comunista, demonstrando com os fatos que aqueles partidos eram incapazes de lutar consequentemente inclusive tão-somente para satisfazer as exigências da própria defesa das condições de vida, de trabalho e de luta das massas operárias que sofriam o efeito de uma ofensiva burguesa em grande escala.

Com estes dois exemplos, que remos demonstrar que a Internacional de Lênin nunca pretendeu trabalhar no sentido de fundir os comunistas numa espécie de "cartel de revolucionários", convertendo os comunistas nos campeões de uma "unidade operária" considerada como a unidade dos partidos que se apresentam como representantes da classe operária e considerando-se a si mesmos como o catalizador da "transformação revolucionária" dos outros partidos. Ao contrário, o propósito do Comintern era o de assegurar *ele próprio* a unidade revolucionária da classe, sua unidade de consciência e de vontade, aniquilando a influência de todas as outras correntes. Tratava-se, para isto, de demonstrar, ao calor da luta, a natureza contra-revolucionária da social-democracia e a impotência das correntes de fundo anarquista e antipartido, que pululavam como reação à bancarrota da II Internacional.

(continua no próximo número)

Manifiesto del
Partido Comunista Internacional
1981

De la crisis de la
sociedad burguesa
a la revolución
comunista mundial

EL PROGRAMA COMUNISTA
Setiembre-Diciembre 1981

N 39

Pedidos para
Casella Postale 962
Milano ITALIA

A demagogia de sempre

(cont. da pg 1)

bem, por experiência, que são tu do, menos intransigentes defensores da classe), não cederam nada de substancial. E a tal greve, de que "nunca mais iriam se esquecer", não veio. Justificativa do Lula: "Os trabalhadores têm consciência de que o momento não é o melhor para a luta sindical, de que o momento é mais para a gente se preparar para daqui a algum tempo..." (Em Tempo, 9.4.81). Este algum tempo, claro, nunca chega...

A campanha salarial deste ano não promete ser diferente. A chanchada do ano passado se repete. O presidente do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, o lulista Jair Meneguelli, faz eco, um ano depois, à demagogia do Djalma no ano passado: "Se as reivindicações não forem atendidas, poderá eclodir uma greve". Segundo ele, a categoria está sendo conscientizada para isso, "pois em 81 não fizemos greve e houve dispensas em massa. Daí estarmos preparados para tudo" (Folha, 12.1.82).

Lorotas. Em todo caso, não preparam a categoria (e, em geral, a classe operária) segundo uma perspectiva classista, mas na perspectiva colaboracionista que define estes sindicalistas como *pelegos democráticos*. A essência do método classista consiste em educar a classe operária, mediante a organização de ações concretas (e não com uma "conscientização" do tipo daquela que os padres e outros "joguistas" ensinaram a estes neopelegos), no espírito de que só se organizando e se mobilizando con seguirá impôr, de maneira eficaz, suas exigências, e trabalhar para a "união crescente dos trabalhadores" na "guerrilha cotidiana" do trabalho contra o capital. Ora, isto supõe que se subordina a negociação à luta, à mobilização real dos trabalhadores; que as negociações, que nos são impostas pela legislação burguesa (como as campanhas salariais), sejam cuidadosamente pre-

paradas de antemão, a fim de que se realizem "a quente", isto é, pondo o patronato sob a pressão de um operariado mobilizado. Isto supõe, igualmente, que se conduza as próprias campanhas de um modo radicalmente diferente do habitual "toma lá - dá cá" do colaboracionismo, em que as reivindicações básicas da classe são barganhadas segundo as "possibilidades" das empresas, isto é, em que se procura adaptar os interesses dos trabalhadores às conveniências do patronato.

Em suma, o método classista é exatamente o oposto daquele que empregam os pelegos democráticos. Para eles, a mobilização da classe e sua forma superior na luta econômica de defesa - a greve - é um último recurso, a ser empregado após a negociação, se esta não der os resultados esperados. O que é uma maneira de esterilizar a arma da greve, pois se desvirtua a sua função insubstituível de forma de fortalecimento e unificação da classe, da sua consciência e da sua organização.

Nada mais natural, pois, que Meneguelli & Cia, em vez de rebaterem a posição patronal de que o patronato não pode satisfazer as reivindicações por causa da crise dizendo que a classe operária não tem porque subordinar suas necessidades ao bom ou mau andamento da economia capitalista, pondo em evidência ante os olhos das massas de que não há alternativa para elas fora da luta anticapitalista; em vez disso, estes patifes choramingam: "nada adianta as montadoras alegrem crise, se não podemos fiscalizar seus livros" (Folha, 12.1.82). Não é isto educar o proletariado não no espírito do antagonismo inconciliável entre seus interesses e os da economia capitalista e suas empresas, mas da subordinação deles à marcha do capitalismo?

Conduzida desta forma capitalacionista, a campanha salarial de 82 só poderá terminar em uma nova vitória... para o patronato da metalurgia, que imporá sem maiores problemas suas posições.

Excursionismo sindical

Ano passado, as sumidades pelegas agrupadas na Pró-CUT e na CONCLAT lançaram um novo método de "ação": as caravanas a Brasília para, após se inclinarem respeitosamente diante deste Templo da Democracia, que é o Congresso Nacional, entregarem não menos respeitosamente a algum bedel uma lista de reivindicações (melhor seria dizer de "súplicas") operárias. O resultado deste método de vassalagem é bem sabido: as tais súplicas vão parar, sem dúvida, na célebre latrina de ouro do banheiro presidencial do Palácio da Alvorada. Além disso, educam o proletariado num espírito de servilismo, iludindo-o de que possam obter algo dirigindo as petições aos "soberanos" que imperam sobre eles na Praça dos Três Poderes.

Mas, demonstrando que não são gente que abandona o combate ao terem dado com os burros nãgua na primeira batalha, a pelegada volta à carga. O pretexto, desta vez, é o pacote da Previdência. Longe de organizarem uma mobilização nacional dos trabalhadores contra a amputação dos seus salários representada pelo aumento das contribuições ao INPS, mobilização para a qual dispõem de um vasto aparelho sindical, que fazem estes senhores?

Em plena conformidade com seu legalitarismo, a Pró-CUT resolve nada mais nada menos que promover uma ação popular conjunta com a Ordem dos Advogados do Brasil (!!) "arguindo a inconstitucionalidade do "pacote" previdenciário, baixado pelo executivo por decreto-lei, para recomendar (!) a todo o movimento sindical brasileiro, trabalhadores ativos e inativos, uma ação contra o pacote", no plano jurídico e político (?) através de ações judiciais, manifestações públicas (subentender: pacíficas comícios em que os trabalhadores presentes escutarão passivamente as arengas de algum deputado ou advogado democrata - ndr) e de uma caravana a Brasília" (Folha, 12.1.82).

Mais uma vez, o único resultado deste tipo de "ações" é o de incutir nos trabalhadores a crença de que as instituições jurídicas da burguesia defendem a todos imparcialmente e que, portanto, para defender-se dos ataques do capital contra as suas condições de vida, basta contratar os serviços de um bom advogado da OAB. E com esta enésima "caravana a Brasília" valorizam este morto-vivo que é o Congresso Nacional, instituição que tem como única função enganar os trabalhadores e pisotear seus interesses de classe.

Correspondência

RENATO DEL PRÀ

Casella Postale 962

Milano ITALIA

A Igreja santifica o reformismo

Há 90 anos, o papa Leão XIII lançava sua encíclica "Rerum Novarum", que descobria a "questão social". Era uma resposta ao desenvolvimento do movimento operário europeu. Ela definia as armas que a Igreja deveria empregar para firmar-se neste movimento contra o socialismo revolucionário.

Hoje, a retomada da luta de classe, que desta vez se dá em escala internacional, revela o grande desgaste dos partidos reformistas tradicionais, em particular dos partidos nacional-comunistas. E a Igreja, que conseguiu firmar-se no movimento operário, notadamente em países como a Polônia e o Brasil, sente-se naturalmente investida de uma nova responsabilidade ante as classes dominantes. De modo que era necessário que um papa (polo não por acaso...) aperfeiçoasse, com sua nova encíclica "Laborem exercens", as armas que a Igreja emprega para intervir na luta proletária.

É importante, portanto, para os comunistas revolucionários e os proletários que pretendem lutar por sua classe, conhecer o "programa social" da Igreja, se quiserem combater eficazmente este partido da conservação social.

João Paulo II possui armas muito mais aperfeiçoadas que Leão XIII para conquistar uma influência sobre o movimento operário. Sua encíclica precedente, "Redemptor hominis", dera uma sanção religiosa à "luta" pelos "direitos humanos": ela absolviera os princípios reivindicados pela revolução burguesa de 1789, santificando o liberalismo e a democracia burguesa. Deixando intacta a imutabilidade da doutrina e do dogma, "Laborem exercens" não hesita em proclamar o papel central do trabalhador, a quem prescreve a função de ser o "prolongamento da obra do Criador" na terra e de dar a sua "contribuição pessoal para a realização do plano providencial de Deus na história".

"Laborem exercens" abençoa o associacionismo operário, chegando inclusive a absolver as lutas violentas da época do capitalismo nascente, reconhecendo que elas se justificavam "sob o ponto de vista da moral social", contra "o sistema de injustiça (...) que pesava sobre o homem do trabalho nesse período de rápida industrialização".

A encíclica de Wojtyła pretende legitimar a luta operária; mas impõe-lhe, para tanto, como condição, que nunca seja dirigida "contra os outros" e que não se transforme "na luta de classes programada, conduzida com métodos não apenas ideológicos, mas

também e sobretudo políticos". Em outras palavras, a Igreja só considera legítima a luta operária se ela não for uma luta! Um sindicato condenado por princípio a não "fazer política" e predestinado a ser o lugar em que "devem unir-se tanto aqueles que trabalham como aqueles que dispõem dos meios de produção" é tão-somente uma reedição revista e corregida da corporação fascista, um instrumento de conservação do capital.

A encíclica legitima a greve, contanto que seja um "meio extremo" e "não se pode abusar dele especialmente para fazer o jogo da política". Ela reconhece que o capital "nasceu do trabalho" e é "fruto do patrimônio histórico do trabalho humano". Mas afirma também que o trabalho tem a obrigação de reconhecer estar inseparavelmente ligado ao capital numa harmoniosa relação de colaboração.

Ela admite - ou, pelo menos, não exclui - a "socialização, dando-se as condições oportunas, de certos meios de produção". Mas o próprio capitalismo admite e até pode ganhar com isto. Já o objetivo final do movimento operário é a socialização incondicional de todos os meios de produção e, principalmente, de todo o produto.

A encíclica aspira a "uma justa remuneração do trabalho", a um "justo salário". Mas os proletários não conhecem um nível "justo" do salário: o único nível que conhecem é o que conseguiram impor com a luta. Já faz um século que eles inscreveram em sua bandeira: "Não um salário justo por uma jornada de trabalho justa, mas abolição do trabalho assalariado!".

A encíclica fala de um "uso comum" e de uma "destinação universal" dos bens. Mas a única forma de sociedade baseada no uso comum dos bens que ela é capaz de conceber é a que dá a cada indivíduo uma parte de propriedade, seja sob a forma de uma "participação dos trabalhadores na gestão e/ou nos lucros das empresas", seja sob a forma de um "acionariado" do trabalho, consideradas como o "meio concreto pelo qual a grande maioria dos homens pode ter acesso àqueles bens que estão destinados ao uso comum". Em suma, ela concebe a sociedade futura como uma fotocópia autenticada da sociedade burguesa!

A encíclica "Laborem exercens" é dada à luz num momento bastante preciso. Ela é publicada no fim de um ciclo durante o qual, nos centros imperialistas, a classe dominante esforçou-se em absorver as lutas operárias nos

mecanismos do seu aparelho de poder e em transformar a classe operária em esteio da Nação, apreendida como pretensão bem comum a todos os cidadãos, sem diferença de classes; enquanto que, nos países de capitalismo emergente, do "terceiro mundo", a classe operária era amalgamada ao "povo", arrastada pelas forças burguesas e pequeno-burguesas na luta nacional revolucionária (na melhor das hipóteses, sendo a regra geral, principalmente na América Latina, as miseráveis "experiências" reformistas, que - vide Chile - a classe operária pagou caro com o seu sangue). Ela aparece no início de um ciclo que será caracterizado pela ruptura da paz social e da solidariedade nacional nos centros imperialistas e, nos países do "terceiro mundo", da ruptura da classe operária com os movimentos "populares" mais ou menos radicais, a firmando-se a luta operária em bases próprias e, inclusive, contra classes e camadas às quais esteve mesclada no ciclo precedente. Ela pretende catequizar os operários do mundo inteiro à crença de que a via revolucionária deve ser descartada e de que o caminho que devem seguir é o das reformas.

A Igreja dá sua bênção aqui lo que a classe operária é, hoje, obrigada a suportar, devido ao peso das derrotas passadas, ao mesmo tempo que fulmina anátemas em tudo aquilo que a classe operária prepara-se para reconquistar: seus métodos de luta, suas organizações, seus objetivos a curto e longo prazo. O sentido profundo da encíclica é o de tentar impedir que o movimento organizado da classe operária, considerado em sua dimensão histórica, se assenhere de seus meios tradicionais de luta, de suas aspirações imediatas e de seus objetivos finais. Trata-se de santificar o reformismo burguês e operário. E que é o reformismo, se não a liquidação do movimento de classe e da própria classe, em nome do valor permanente do modo de produção e da sociedade atuais?

Baixo o capitalismo, o reformismo e a Igreja, que deles é a defensora!

**programme
communiste**

**il programma
comunista**

**el-oumami
(l'Internationale)**

POLÔNIA

Um ponto nevrálgico da

No nosso número precedente, analisando a evolução histórica da Polônia, mostramos que ela sempre foi, e continua sendo, um elo entre o Ocidente e o Oriente, cujos afrontamentos nela têm uma profunda repercussão. Ontem, a Polônia constituiu o ponto nevrálgico do afrontamento histórico entre a Europa revolucionária-burguesa e a barba oriental, em particular o feudalismo russo; mais tarde, tornou-se um bastião da Europa burguesa contra-revolucionária e imperialista contra a Rússia revolucionária; hoje, é um ponto de contato entre os dois grandes blocos imperialistas, o Ocidental, capitaneado pelos EUA, e o Oriental, capitaneado pela URSS, em cuja órbita caiu, quando da repartição do mundo sucessiva à segunda guerra imperialista. Em seguida, analisamos as condições econômicas e sociais da atual Polônia pseudo-socialista, estreitamente ligadas àquela sua posição política no cenário mundial que fizeram com que ela fosse o país industrializado que mais sofreu com a crise capitalista mundial. O conjunto destes fatores - políticos, econômicos, militares, sociais - explica ter sido a Polônia, desde a Segunda Guerra, palco de formidáveis revoltas operárias.

UM QUARTO DE SÉCULO
DE LUTAS OPERÁRIAS

No dia 28 de junho de 1956, uma manifestação de operários metalúrgicos, em efervescência desde fins de 1955 devido ao aumento das cotas de produção e à baixa consecutiva dos salários, transforma-se em motim. Repete-se, então, o que acontecera quando da greve dos operários da construção de Berlim, em 1953. Os tanques intervêm, secundados pela Segurança Interna (KBW) e pela milícia civil. No dia seguinte, quando as tropas acabam de "limpar" os últimos focos de resistência contam-se 54 mortos e 300 feridos.

Este motim foi o estopim da agitação em todo o Leste europeu e revelou os limites da pseudo-liberalização pós-stalinista anunciada com grande pompa no XX Congresso do PCUS. Em outubro, Budapeste, a capital da Hungria, se insurgiu contra as tropas russas. Na Polônia, o governo local e o "irmão" russo entenderam-se para afrouxar um pouco as rédeas. Gomulka foi solto e reabilitado, absolvido das acusações de titismo com base nas quais fora substituído por Bierut; 30.000 prisioneiros foram anistiados; a dieta (parlamento polonês) retomou suas sessões e permitiu-se um relativo desenvolvimento da imprensa. Depois dos motins, o "degelo" foi mais longe ainda. Os frutos do Outubro polonês foram abundantes. Gomulka garantiu que a Polônia "respeitaria suas alianças"; Rokossovski e seus 30 generais russos, que até então comandavam o exército polonês, pegaram o trem para Moscou. A Polônia deixou de fornecer seu carvão para a URSS a um preço menor que o do mercado mundial. A coletivização da agricultura foi abandonada. O cardeal Wyszyński foi solto e seus bispos reabilitados.

O imperialismo russo não hesitou em fazer concessões às aspirações nacionais da Polónia burguesa, a fim de poder enfren-

tar mais eficazmente o perigo da Polónia operária. Ao mesmo tempo, o bloco social constituído a cima das oposições nacionais teve que fazer algumas concessões econômicas à classe operária e a ceitar os célebres conselhos operários, surgidos como resultado da necessidade de organizar a luta fora do aparelho oficial; mas estes conselhos desenvolveram-se sem romper os vínculos com a gestão das empresas. O Estado apoiou-se nesta fraqueza para liquidar progressivamente, com o refluxo da vaga operária, toda e qualquer capacidade de luta dos conselhos, submetendo-os às estruturas oficiais. Enquanto nos outros países do Leste europeu os intentos de autonomia foram duramente combatidos por Moscou, as dificuldades econômicas crescentes e a experiência política levaram Moscou e as oposições nacionais polonesas a estabelecerem um mínimo de consenso. Isto se traduziu, na década de 60, nos esforços da Igreja para ganhar terreno, sem deixar, porém, de demonstrar sua utilidade na manutenção da paz social.

Naqueles anos, a agitação universitária deu nascimento a uma corrente de oposição que reivindicava a "revolução antiburocrática" sob a forma de uma democracia dos conselhos na empresa e no Estado, do pluralismo e da independência dos sindicatos. Esta corrente, que retomava a tradição democrática e social-democrática (em particular, alguns de seus dirigentes, como Kuron e Modzelewski), foi duramente reprimida. Ao mesmo tempo, a influência da corrente do general Moczar (oriunda da resistência antinazista), militarista, antissemita e pró-soviética, adquiriu tamanha importância, que chegou a ameaçar Gomulka durante a primavera de 1968, isto é, na época em que a agitação estudantil crescia, estimulada pela "primavera de Praga".

Se a classe operária parecia não se manifestar quando da agitação dos estudantes e das

classes médias, no dia 15 de dezembro de 1970 irrompem manifestações espontâneas nos estaleiros navais de Gdansk e, depois, em Gdynia e Elblag, em reação contra o tremendo aumento dos preços dos principais produtos de consumo. As autoridades rejeitam toda e qualquer satisfação às reivindicações operárias, e, ante isto, os operários atacam a milícia, saqueiam as sedes do partido, saqueiam as lojas. Por ordem de Gomulka, o exército intervém. Na noite do dia 15, as cidades da costa são ocupadas e isoladas do resto de país pelos tanques. Já então, os mortos e feridos eram numerosos. Dois dias depois, o motim renasce em Gdynia, deixando um saldo oficial de 27 mortos; mas os conflitos se alastram a Sopot e Szczecin, onde os operários se organizam num comitê de greve que tem como objetivo organizar a luta. Só que, desta vez, não faziam seus os intentos gestionários dos Conselhos de 1956: nesta fria não queriam entrar de novo! Oficialmente, houve 14 mortos e 117 feridos em Szczecin; mas na realidade, houve mais de 100 mortos. Nos dias 17 e 18, começam manifestações de solidariedade em outras cidades, como Katowice, Poznan, Varsóvia.

Gomulka, acusado em 1948 de "desvios nacionais"; Gomulka, o "liberal" de 1956, o "Pilsudski vermelho" dos anos seguintes, forçou os russos a participarem de uma operação de "pacificação", para a qual, diga-se, estes últimos não estavam muito dispostos (preferiam manter as mãos limpas, a fim de... salvar a cara!). Não era a política correta. Assim, Gomulka foi substituído por Gierrek, que começou fazendo concessões a fim de obter o refluxo do movimento.

Graças à ajuda russa, anularam-se os aumentos de preços que tinham sido a causa dos motins. Houve promessas de reformas econômicas e entabulou-se o diálogo com os técnicos para melhorar a economia. Para fazer com que o diálogo fosse mais construtivo, estendeu-se o campo de atividade da Igreja, enquanto os homens de Moczar, após terem servido para destituir Gomulka, foram deixados de lado a fim de tornar possível a "primavera tecnocrática". Porém, tudo isto não foi suficiente para superar as causas das dificuldades econômicas e sociais. Assim, aos motins de Gdansk de dezembro de 1970 seguiram-se as greves de Ursus e Radom, de junho de 1976, quando Gierrek quis reeditar a operação de aumento de preços tentada por Gomulka.

Esta situação acelerou ainda mais o processo iniciado seis

ordem imperialista mundial (2)

anos antes: "ajuda" russa e maiores dívidas para com os bancos ocidentais a fim de compensar o forte aumento de preços; e, obviamente, maior margem de manobra para a Igreja, santificada como baluarte da ordem social (Gierek até visitará o Vaticano em 1977). Mas, ao mesmo tempo, a aquelas greves e a repressão que as acompanhou puseram na ordem do dia a organização da resposta operária, o estabelecimento de contatos entre os grupos de proletários combativos e a preparação das lutas futuras, não só pelas condições de vida e de trabalho, mas também pelas condições de luta da classe operária. Assim, adotou-se e popularizou-se a palavra de ordem do comitê de greve de Szczecin em 1970: por um sindicato independente do partido oficial.

Sentindo que o movimento era irresistível, a Igreja pediu publicamente a anistia total para os manifestantes. Por sua vez, a corrente dos intelectuais oposicionistas de Kuron formou, em setembro de 1976, o KOR (Comitê de defesa dos operários), que se lidarizou-se com as vítimas da repressão e buscou o apoio principal das forças "eurocomunistas" e da esquerda social-democrata do Ocidente. Esta ação facilitou o vínculo entre grupos operários de todo o país, através das redes existentes, em particular a rede da Igreja. Porém, ao mesmo tempo, permitiu que estas forças obtivessem uma simpatia que será utilizada para ligar as reivindicações de liberdade de organização a uma "abertura democrática" do aparelho estatal.

A explosão, prevista e temida tanto pelo governo de Gierek, como pela Igreja e pela oposição de Kuron, finalmente ocorre. O aumento do preço da carne no dia 19 de julho de 1980 desencadeou uma greve em Ursus pelo aumento de salários e pela semana de 40 horas. Deflagram-se greves em todo o país - em Varsóvia, Lublin, Gdansk, Kielce, Poznan -, obtendo-se reivindicações que fazem com que os trabalhadores exijam ainda mais. Mas é em Gdansk que acaba se cristalizando, em meados de agosto, um pólo de organização do movimento com o Comitê inter-empresas (o MKS). Este Comitê é quem organiza a luta em toda a cidade e obriga o governo de Gierek a prometer, no dia 31 de agosto, quando o país estava à beira da greve geral, o direito de organização e a satisfação das reivindicações. Com esta vitória, a agitação não cessa; ao contrário, generaliza-se a todo o país.

Esta greve não é apenas o maior movimento dos operários po-

loneses depois da guerra. Por sua amplitude, profundidade e combatividade, é também o movimento de classe mais potente do mundo inteiro nas últimas décadas. Rapidamente, o caminho que a Igreja e a oposição democrática puderam percorrer paralelamente com a luta operária chega a uma encruzilhada. Estas forças logo começam a contrariar as exigências da luta, a frear o movimento e a se opor aos setores radicais. Assim, desde fins de agosto, aquelas forças tiveram que lançar mão de toda a sua influência para impedir a deflagração da greve geral, apoiando-se para tanto nas promessas do governo. A Igreja conclamou, sem rodeios, à suspensão da greve, e o próprio Walesa, fazendo a ligação entre o KOR e a Igreja, foi brutalmente projetado ao primeiro plano da cena política e se transformou rapidamente em "bombeiro" itinerante, tentando apagar as chamas da luta operária nos quatro cantos do país.

O BLOCO ANTIPROLETÁRIO

A atuação destas forças da Polônia burguesa é edificante. A "revolução antiburocrática", proclamada na "carta aberta ao POU" de Kuron e Modzelewski há 15 anos, mostra o que realmente é: uma simples reforma democrática do Estado. Todas estas forças de oposição ligadas à Igreja ou à democracia e à social-democracia internacional viram e desejaram, conscientemente, na situação da Polónia, uma reprodução da democratização espanhola; assim, conceberam a democratização da Polónia como um meio para canalizar as reações operárias e possibilitar a recuperação da economia nacional, graças à aceitação voluntária de sacrifícios pelos trabalhadores. Para tanto, era necessário que os operários tivessem a impressão de "decidir por si mesmos" através das organizações formalmente "livres" e "independentes" do aparelho do Estado, organizações estas que a oposição dirigiria respeitando os imperativos da economia nacional e a paz social. Em suma, estando definitivamente caduco o "contrato social" de 1970, um novo "contrato social" era necessário!

É claro que a reforma teve que ser imposta a alguns setores do aparelho estatal e supôs a pressão de uma luta social para ser posta em prática, como mostram os incidentes de Bydgoszcz (1). Mas as forças da Polónia burguesa que estimularam estas reformas puderam apoiar-se, também, na poderosa capacidade de intervenção que tinham os imperialismos ocidentais, graças à dívida de 27 bilhões de dólares

da Polónia para com eles. É evidente que esta reforma favorece a organização das forças nacionalistas na Polónia; por isto mesmo, o imperialismo russo tratou de lutar contra ela, resistindo tanto ao reconhecimento do "sindicato livre", quanto ao reconhecimento do Solidarnosc rural.

Assim, ao contrário do que aconteceu em 1956, desta vez não foi o governo que declarou que a Polónia permaneceria fiel às suas alianças, mas a própria oposição nacional-democrática. O próprio Kuron proclamou que não se devia aproveitar da situação para modificar o status quo! Assim, a Polónia burguesa perdeu todo o seu romantismo. Não estamos mais em 1830, quando aceitava qualquer sacrifício para o triunfo da revolução europeia. Não estamos mais durante a segunda guerra, quando Churchill ainda censurava Sikorski e Mikolajczyk por suas ambições nacionais exageradas. Hoje, a Polónia burguesa tornou-se totalmente realista, plenamente consciente das "realidades geopolíticas" e das "relações de forças internacionais". Ela não desfraldará uma bandeira anti-russa, antes que seus amos ocidentais a desfraldem por conta própria. Entremetidos, ela tentará obter a sua autonomia demonstrando seu papel antiproletário. O contrato que a democracia burguesa de Dmowski propunha ontem ao czarismo (que o rejeitou) é hoje fechado entre a democracia pequeno-burguesa e socializante de Kuron e o imperialismo capitalista grão-russo.

Contudo, o bloco social que se consolidou na Polónia contra o perigo proletário transcende amplamente os limites da Europa Oriental. Para os banqueiros ocidentais, é mais que nunca necessário que "a ordem reine em Varsóvia", tanto assim que conceder-

(segue pg. 10)

(1) Em fins de março de 1981, em Bydgoszcz, a milícia espanca Jan Rulenski, presidente da seção local de Solidarnosc, bem como outros militantes. Solidarnosc exige a punição dos culpados e ameaça deflagrar uma greve nacional no dia 31, apoiada por uma greve de advertência no dia 27. O pleno do POU mostra sua divisão entre "duros" e "moderados" ante a atitude a ser tomada. Aconselhado pelo cardeal Wyszynski, Walesa firma um compromisso com Jaruzelski, sem consultar a direção colegial de Solidarnosc, onde as tendências favoráveis à greve eram fortes. De acordo com este compromisso, Solidarnosc renuncia à greve geral em troca da promessa de Jaruzelski de que a milícia não reproduziria a aquele tipo de incidentes...

Solidariedade de classe

(cont. da pg 1)

mente, rompendo os vínculos econômicos consolidados, nestes últimos anos, com os imperialismos ocidentais; ao contrário, como demonstra sua disposição de pagar a dívida externa polonesa, garante igualmente aquelas relações.

Assim, apesar da gritaria hipócrita que fazem, os imperialistas ocidentais também sentem-se, no fundo, satisfeitos com a "solução" de Jaruzelski. Eles também tinham o maior interesse em que a luta operária fosse enfocada, não só para que seus empréstimos fossem pagos, como também para que fosse posto fim àquele "mau exemplo" que os operários poloneses estavam dando para os operários de todos os países. Sintetizando o alívio dos imperialistas de todo o bloco ocidental, o jornal liberal francês *Le Monde* (17.12) dá este seu piro: "A solução do general Jaruzelski foi a solução menos ruim possível". Já o *Wall Street Journal*, diário dos círculos financeiros do imperialismo lanque, não lança mão de rodeios para di-

zer que o essencial era pôr, de uma forma ou de outra, os operários para trabalhar: "Vários banqueiros americanos consideram que o autoritarismo à soviética constitui sua maior esperança para recuperar os 1,3 bilhões de dólares que a Polônia lhes deve. A maioria dos banqueiros acha que os governos autoritários são boa coisa, porque impõem uma disciplina" (21.12.81). Dispensa comentários...

A QUESTÃO DO PODER

A luta reivindicatória da classe operária polonesa tinha chegado a um ponto em que, objetivamente, já não podia resolver-se no terreno imediato. Ela exigia, objetivamente, uma solução política.

Tendo nascido da necessidade de material de defender as condições de vida da classe operária contra os efeitos da profunda crise econômica, a ampla e irrefreável vaga grevista fez com que a própria luta operária se transformasse, por sua vez, num novo fator da crise do capitalismo.

mo. Ou seja, a luta de classe proletária fazia com que o capitalismo - que já durante anos mostrara-se incapaz de satisfazer as necessidades mais elementares do proletariado - se tornasse cada vez mais incapaz de satisfazê-las. Por conseguinte, a classe operária só tinha diante de si uma alternativa: ou recuar, abandonando suas reivindicações e sacrificando-se aos interesses da economia nacional (=sujeitando-se resignadamente a maiores misérias e privações, isto é, ao aumento da sua exploração); ou ir adiante, o que supunha o salto qualitativo do terreno imediato da luta econômica reivindicatória ao terreno político da luta de classe revolucionária. Era impossível manter-se durante muito tempo num ponto de equilíbrio entre as duas únicas soluções.

As direções moderadas que se impuseram ao proletariado, de vido ao trágico vazio deixado pela contra-revolução stalinista, fizeram tudo para que a classe operária se submetesse à primeira solução: se dobrasse, sob o sig-

Um ponto nevrálgico da ordem imperialista mundial (2)

(cont. da pg 9)

ram à Polônia uma moratória de 8 anos, tendo em vista o seu plano de recuperação econômica, que consideram uma verdadeira obra-prima. Os banqueiros americanos não hesitaram em dizer que, se necessário, eles não veriam com maus olhos a invasão da Polónia pelas tropas de Brejnev. Todos, tanto Reagan e Brejnev, como seus vassallos, temem acima de tudo do verem-se obrigados a realizar uma operação policial na Polónia, a qual provocaria inevitavelmente uma resistência operária que poderia, por sua vez, levar a uma desestabilização de toda a Europa oriental e central, a abrir os olhos da classe operária do mundo inteiro, no mesmo momento em que a situação do capitalismo a leva irresistivelmente a voltar a lutar, e a fazer com que ela adquira uma consciência mais clara das condições da sua luta e da sua vitória. Toda a ordem estabelecida internacional faz um esforço gigantesco para superar seus conflitos internos, a fim de cumprir as exigências superiores da conservação da ordem social. A Polónia burguesa em seu conjunto, em toda a gama das suas cores políticas, sentiu a imensa responsabilidade que tem ante todos os seus anos: ela

se acha na primeira linha contra a classe operária polonesa, des-tacamento do proletariado mundial.

Quarenta anos de história demonstram que o proletariado polonês tem-se colocado na primeira linha da luta contra a ordem imperialista mundial, no lugar que outrora a burguesia polonesa ocupara contra a ordem feudal europeia.

Ele conquistou este lugar com a gloriosa Comuna de Varsóvia, único exemplo de heroísmo proletário coletivo na carnificina de povos-carne de canhão que foi a segunda guerra imperialista, salvando assim a honra do proletariado internacional e rejeitando a ordem estabelecida numa época de gigantesca e profunda derrota. Ele defendeu este lugar em 1956, 1970, 1976 e 1980, proporcionando uma das raras demonstrações maciças da força da classe operária e, mais ainda, ensinando deste modo o caminho que deve ser seguido pela classe para impor as suas reivindicações.

O proletariado polonês continua mantendo com orgulho este lugar de honra, porque o movimento desencadeado a 19 de julho de 1980 leva o proletariado internacional a sentir concretamente os

limites da luta imediata de defesa. Assim, no ponto a que chegou a luta operária na Polónia, isto é, no ponto em que a luta de resistência à exploração capitalista acentua ainda mais o caos econômico, coloca-se a seguinte alternativa histórica: ou restabelecimento da ordem burguesa, ou derrocada do capitalismo.

Depois de terem contribuído poderosamente, com a sua luta, para arrancar a máscara pseudo-socialista dos países do Leste europeu e para revelar os alinhamentos de força internacionais contra a luta proletária - da qual são um bastião avançado -, nossos irmãos de classe da Polónia contribuem também, para preparar o terreno político da revolução proletária e do reagrupamento internacional das energias de classe em torno do programa comunista revolucionário de Marx e Lênin.

Os proletários poloneses têm feito muito pela luta do proletariado mundial. Têm dado o melhor de si. E, sem dúvida, darão ainda muito mais. Mas devem receber desde já, em troca, a solidariedade de seus irmãos de classe de todos os países, a cuja luta contribuem de maneira tão potente e generosa!

aos proletários poloneses!

no da reconciliação nacional, aos imperativos do capitalismo e da burguesia poloneses, recusasse. Foi esta, desde o início do movimento, a política seguida pela direção do Solidariedade. Mas o apelo lançado aos operários da Europa, 15 dias depois do histórico encontro tripartite entre monsenhor Glomp, Walesa e Jaruzelski (4.11), é um exemplo gritante desta política desastrosa, pois seus acentos colaboracionistas ainda soavam quando, três semanas depois, o golpe foi dado. Em vez de apelar para a *solidariedade de classe dos proletários da Europa*, o presidium do Solidariedade pedia que a *Comunidade Econômica Europeia* (isto é, a organização dos bandidos imperialistas do Mercado Comum!) cedesse uma ajuda econômica ao governo polonês! Decerto, o apelo é dirigido aos "trabalhadores e sindicatos da Europa Ocidental", mas longe de conclamá-los à luta comum contra o mesmo inimigo - o capitalismo -, o apelo trata de adverti-los contra o perigo de uma "explosão espontânea que poderia comprometer as perspectivas de estabilização econômica e política". Explosão, nem é preciso dizer, do proletariado polonês, que os amigos de Walesa tentavam por todos os meios manter paralisados! Não é, pois, de se espantar que o jornal liberal-imperialista *Le Monde*, ao reproduzir este apelo, assim se regozije: "Deste modo, o sindicato independente e o governo começaram a conjugar esforços contra o caos social que ameaça o país" (21.11).

A RUPTURA DO EQUILÍBRIO

A classe operária polonesa não cedeu às pressões e recusou-se a recuar (o que seria catastrófico para o futuro do movimento proletário); no entanto, ela não estava em condições de avançar no sentido da outra solução do dilema histórico com que se deparava objetivamente: era-lhe impossível levar a cabo a *preparação da luta revolucionária*, por não estar munida do instrumento indispensável desta, o partido de classe, produto da luta de classe internacional do proletariado, e para cujo renascimento a luta dos operários poloneses contribuiu enormemente.

A situação na Polônia ficou, então, suspensa a um ponto de equilíbrio instabilíssimo. Em dezembro, este equilíbrio se rompeu. Com efeito, apesar de ter sido arrastado por suas direções para o terreno minado da reforma, o ímpeto classista da luta operária pôs por água abaixo, no início de dezembro, a tentativa de compromisso tripartite negociada pela Igreja, pela direção do Solidariedade e por Jaruzelski, ao

forçar a barra no sentido de um referendun sobre a política governamental. Nem é preciso dizer que esta reivindicação não se coloca num terreno revolucionário, não é dirigida *contra o Estado capitalista polonês*, mas permanece no âmbito reformista da contestação da *sua forma atual*, isto é, da simples mudança da *carrilhã burguesa no poder*.

Embora assim, isto já bastava para romper o equilíbrio precário, pois a fração burguesa no poder não podia aceitar aquela contestação aberta. Todos sabem como os acontecimentos se desenvolveram. Jaruzelski ameaça reclamar plenos poderes à dieta e suspender o direito de greve (ante estas ameaças, a base operária pressiona para que o Solidariedade de convoque uma greve geral para opor-se àquele ataque direto do governo; mas Walesa & Cia, mestres do conciliacionismo e do sarmamento do proletariado, opõem-se a isto, propondo que se utilize a greve geral como resposta *a posteriori*, isto é, no caso em que Jaruzelski ousasse levar a cabo suas intenções. Era a melhor maneira de tornar a greve ineficaz, se não impossível, como os acontecimentos o provaram...). Finalmente, Jaruzelski decreta o estado de guerra, impondo o toque de recolher, a lei marcial, o controle das idas e vindas das pessoas, cercando as fábricas com os brutamontes da milícia, invadindo as sedes do Solidariedade, militarizando a indústria.

A QUE LEVA O DEMOCRATISMO

O golpe começou a ser preparado com um ano de antecipação, como revelou um general do círculo de Jaruzelski, que deixou a Polônia. Neste lapso de tempo, Jaruzelski preparou tudo cuidadosamente para a eventualidade do golpe: colocou homens de confiança nos postos-chave, organizou toda a logística necessária, etc. Os próprios fatos mostram que o general-refugiado não fez revelações inteiramente inventadas: as listas dos militantes presos na noite do golpe foram pré-estabelecidas pela polícia (e não se poderia fazer a lista de 40.000 militantes ativos e dirigentes nacionais e locais do Solidariedade do dia para a noite!); 500.000 soldados e milícia nos foram prontamente mobilizados, com poderosos meios militares, inclusive tanques.

Do lado da classe operária, porém, não houve uma preparação correspondente. Como podia, aliás, preparar-se para o confronto, se lhe faltava aquela *guarda revolucionária consciente*, organizada em partido comunista

de fato, que não necessitaria das revelações de um generalote exilado para saber que a "prova de força" estava inscrita no próprio curso da luta de classes na Polônia, de agosto de 1980 para cá?

As direções democráticas que se impuseram ao movimento na da fizeram para esta preparação. E como poderiam fazê-lo, se toda a sua política visava não a luta de classe, mas a conciliação nacional? Como poderiam fazê-lo, se em vez de dirigir a luta contra o capitalismo tinham como meta a salvação da economia nacional? Como poderiam fazê-lo se, em vez de preparar a autodefesa armada da classe e, a longo prazo, sua ofensiva revolucionária, preconizavam a "resistência passiva" nas fábricas, a imagem da resignação evangélica que tanto convém a toda a classe exploradora? Como poderiam fazê-lo, em suma, se em vez de se colocarem no terreno *classista e revolucionário*, se colocavam no terreno da democracia e do reformismo?

Por não estar minimamente preparado para lutar no terreno político, do confronto com o Estado em torno da questão do poder, o movimento operário polonês foi totalmente desbaratado pelo golpe, não obstante a heróica resistência que, apesar de tudo, os operários opuseram a ele. Convém ressaltar, aqui, que não nos iludimos nem um pouco de que bastaria a existência do partido para que a vitória operária estivesse garantida. À parte o fato de que a existência de um partido de classe forte o bastante para influir sobre o desenrolar dos acontecimentos depende de condições históricas - hoje ainda dramaticamente ausentes - bastante precisas, e de natureza não só local mas sobretudo internacional, condições estas que teriam modificado profundamente a cena e a relação de forças do drama polonês; à parte este fato, jamais os comunistas revolucionários pretenderam que aquela existência dá por si só a vitória com certa. Nada disso. O partido é a condição indispensável para que a luta seja conduzida de maneira 100% e consequente, plenamente conforme às exigências não só históricas e gerais, como também imediatas da classe operária. O que não quer dizer que a luta, conquistada a classe à sua influência, se desenrolará segundo uma linha ascendente e contínua até o "assalto ao céu", a tomada do poder. A luta de classe real não segue uma progressão linear, mas tem altos e baixos, saltos à diante e recuos. As condições para a vitória não se resumem à existência do partido. Este último também é indispensável no caso em que, ante uma relação de

Solidariedade de classe . . .

forças desfavorável, a classe não possa impor a sua solução revolucionária e seja obrigada a adiar a luta final, ou mesmo a recuar para acumular forças. Nesse caso, só a direção consciente do partido verdadeiramente comunista permite *salvaguardar as condições para as lutas futuras.*

A direção democrática do movimento, porém, fez com que o golpe levasse não só ao recuo e à paralisação do movimento, mas também, o que é muito pior, à total desarticulação da rede organizativa que o proletariado polonês tinha constituído nos últimos anos. Assim, o Solidariedade (que apesar da sua direção conciliadora e democrática fornecia as malhas daquela rede, na qual, aliás, as potencialidades classistas tinham conseguido obter uma relativa margem de movimento) foi destruído; os inúmeros grupos de operários combativos encontraram-se sem dirigentes, sem diretivas, isolados uns dos outros, tendo como única saída tentar aplicar o plano de resistência passiva previsto pela direção do Solidariedade em março de 81 para enfrentar uma eventual ofensiva militar.

A responsabilidade do derrotismo neste desenlace trágico pode ser claramente induzida da declaração de um dirigente do Solidariedade, Seweryn Blumsztajn, que se encontrava em Paris por ocasião do golpe: *"Ninguém tinha imaginado que o governo iria tomar medidas tão brutais, e o Solidariedade não estava preparado tecnicamente para enfrentá-las. Isto exigiria uma organização incompatível com um movimento do tipo do Solidariedade, obcecado pela democracia e pela publicidade de dos debates"* (Le Monde, 19.12).

Evidentemente, ao contrário do que diz Blumsztajn, a falta de preparação não é apenas uma questão técnica, mas também - e sobretudo - uma questão política. Para ser tecnicamente capaz de criar as condições organizativas e materiais (proteção dos dirigentes e sistema clandestino de interligação, fatores indispensáveis para a continuidade do movimento; armamento dos operários, etc) do confronto direto com a burguesia e seu Estado, é preciso ter uma visão política correta, revolucionária, da luta, uma visão que compreenda que a classe operária, num ponto como aquele a que chegou a luta de classes na Polónia, só pode defender suas condições de vida e de luta se se prepara para a ofensiva, se reivindica a perspectiva da conquista revolucionária do poder. Uma visão, pois, que é o oposto da visão democrática da luta, que renega a preparação revolucionária e o armamento físico

da classe por colocar a luta no terreno da legalidade. Foi o derrotismo, pois, não uma falta de preparação técnica que levou o movimento de classe ao desastre.

A guerra civil entre as classes avança inexoravelmente. Ontem, na Argentina e na Turquia; hoje, na Polónia; num amanhã talvez não muito longínquo, no Peru e, talvez, na Espanha, no Brasil, e num comprido e crescente etcétera. Até hoje, foi a burguesia que tomou a iniciativa da preparação militar e da ofensiva armada, e que saiu triunfante. O proletariado internacional deu, nos últimos anos, provas taxativas do seu espírito de luta, de abnegação e de sacrifício. Mas todas as vicissitudes desta guerra internacional que se amplia cada vez mais demonstra as *carências políticas* do movimento proletário, que se traduzem dramaticamente na ausência de uma vanguarda política que coloque a sua luta no terreno da guerra de classe e não do consenso; que tenha como objetivo a destruição do Estado burguês e não a sua reforma; que não reduza seu horizonte aos limites de um país mas que tenha os olhos fixos na extensão da revolução ao mundo inteiro e que, por isto mesmo, seja capaz de organizar uma solidariedade de classe efetiva aos proletários dos demais países.

A única maneira geral, real e sincera de traduzir esta solidariedade para com a classe operária polonesa é levar adiante no seu país, contra a sua pró-

pria burguesia, contra o seu Estado nacional, contra os apóstolos locais da paz social (que, a qui, são da mesma laia que aqueles que levaram o proletariado polonês ao desastre: a Igreja e as forças a ela ligadas, e a democracia burguesa e pequeno-burguesa), aquele mesmo combate que, por razões objetivas e históricas alheias à sua vontade, os proletários da Polónia puderam apenas começar. Fazendo isto, os proletários de cada país vibrarão rudes golpes na frente compacta da contra-revolução burguesa que, como na frase de Marx, confedera todos os Estados contra a classe operária, contribuindo, assim, para abalar os fundamentos da dominação contra-revolucionária da burguesia mundial e para aliviar a opressão que hoje pesa sobre nossos irmãos de classe.

Os operários poloneses deram uma formidável contribuição à luta de classe, pela sua combatividade, pela demonstração da força que a classe operária possui quando alia o número à organização para defender suas reivindicações mais ressentidas. Cabe, agora, à classe operária daqui e de todos os países, bem como aos militantes operários conscientes dos seus interesses de classe, partir em cada luta das lições proporcionadas pela experiência de seus irmãos de classe poloneses, a fim de fortalecê-la e aprofundá-la.

É esta a maneira mais eficaz de trabalhar para criar um desenlace revolucionário para a crise capitalista mundial.

Solidariedade: sindicato ou partido

Acusaram o Solidariedade de tornar-se um partido político. Na realidade, *Solidarnosc*, como toda organização operária que coloca em determinado momento o problema da luta política, era obrigado a seguir uma *orientação política precisa* para esta luta. Ora, esta direção política foi dada por *correntes políticas* que desempenharam o papel de partidos políticos.

Solidarnosc foi levado naturalmente a *subordinar suas reivindicações imediatas* a uma perspectiva política, a ser *dirigido, bem ou mal, por um "partido"*. Seria uma falsa lição pretender que deve-se dar as costas ao terreno político e ficar no terreno imediato. Algumas correntes de *Solidarnosc* fizeram isto, porém a passagem à luta política num determinado momento da luta de classes é uma exigência a que é impossível furtar-se. Outra falsa

lição, que tende a generalizar-se, seria rejeitar a direção do partido, quando a luta demonstrou a necessidade imperiosa de uma direção política, direção esta que deve ser *centralizada*, a fim de responder unitariamente à centralização do adversário.

A verdadeira lição é que a luta operária necessita de um *partido bem orientado*, capaz de ligar a luta reivindicatória imediata à luta revolucionária final pela destruição do capitalismo, o partido revolucionário de classe.

Nossa imprensa
conta com o
seu apoio financeiro